

## A COMISSÃO DE PSICOLOGIA ESCOLAR E EDUCACIONAL DO CRP-MG

A Comissão de Psicologia Escolar e Educacional, junto com o Sistema Conselhos como um todo, tem combatido os Projetos “Escola sem Partido” por entender que estes são um retrocesso na luta por uma Educação de qualidade e melhor para todas(os). Defendemos ao contrário desses projetos a liberdade de expressão e a defesa de uma educação que respeite a diversidade e lute contra práticas excludentes, LGBTIfóbicas e preconceitos de toda e qualquer natureza.

Lute conosco contra essa ameaça à educação brasileira!

### LEITURAS RECOMENDADAS

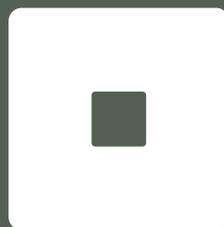
FRIGOTTO, Gaudêncio (Org.). **Escola “sem” partido**: esfinge que ameaça a educação e a sociedade brasileira. Rio de Janeiro: UERJ, LPP, 2017.

Dossiê Escola sem Partido e formação humana. **Fênix: Revista de História e Estudos Culturais**, Uberlândia, v. 14, ano XIV, n. 1, jan./jun 2017.

[www.site.cfp.org.br](http://www.site.cfp.org.br)

[www.crpmg.org.br](http://www.crpmg.org.br)

[www.abrapee.psc.br](http://www.abrapee.psc.br)



CONSELHO  
REGIONAL DE  
PSICOLOGIA  
MINAS GERAIS

Participe das atividades da Comissão  
de Psicologia Escolar e Educacional

[www.crpmg.org.br](http://www.crpmg.org.br)  
[www.facebook.com/crpmg](https://www.facebook.com/crpmg)  
[www.instagram.com/crpmg](https://www.instagram.com/crpmg)

Escola  
para  
todas(os)

## “ESCOLA SEM PARTIDO” OU ESCOLA PARA TODAS(OS)?”

Há atualmente no Brasil projetos que não querem a diversidade nas escolas: o Projeto “Escola sem Partido”. Trata-se de um conjunto de propostas cujo principal objetivo é restringir a liberdade das(os) professoras(es) e educadoras(es) que atuam na Educação Básica e nas Universidades, bem como limitar a autonomia dos projetos pedagógicos escolares, em relação a abordar temas relacionados à sexualidade, diversidade, gênero, questões políticas, raciais e religiosas.

Há vários projetos de lei em tramitação no Congresso Nacional e em câmaras legislativas estaduais e municipais nessa direção.

### O QUE ELE DEFENDE

À primeira vista defende uma suposta neutralidade da escola e das(os) professoras(es), partindo do pressuposto errôneo de que as(os) profissionais da Educação fazem propaganda político-partidária em sala de aula, bem como desrespeitam as crenças morais e religiosas das(os) estudantes e suas famílias. Porém, os defensores desse projeto mantêm um discurso nada apartidário e com nítidas defesas de pensamento político conservador, neoliberal e individualista.

## O QUE ESSE PROJETO PRETENDE

Na prática o que esses projetos pretendem é impedir qualquer manifestação de críticas por parte das(os) educadoras(es), cerceando, com isso, a liberdade do ensino e dificultando a formação integral e críticas das cidadãs e cidadãos.

No âmbito moral, por sua vez, tentam impedir os avanços nas discussões de gênero, sexualidade, diversidade e relações étnico-raciais e Direitos Humanos na escola.

Os projetos do tipo “Escola sem Partido” defendem a exclusividade do ensino religioso cristão e da moral patriarcal e LGBTIfóbica.

Defendem também, retirar a “ideologia de Paulo Freire” da educação nacional, negando as contribuições desse grande educador.

Em resumo: os defensores desse projeto negam às(aos) estudantes um conhecimento crítico da realidade ocultando teorias, conhecimentos científicos, acadêmicos que são secularmente constituídos, assim como pesquisas, estudos e contribuições de autores e teóricos amplamente respeitados no Brasil e fora dele.

## O QUE TEMOS A DIZER SOBRE ISSO



A Psicologia Escolar e Educacional defende os Direitos Humanos e a diversidade humana, reafirmando o compromisso com o projeto de uma escola democrática, que assegure os direitos de todas e todos, e contribua para uma formação científica, cidadã, crítica e emancipatória.



Acredita-se na liberdade de ensino das(os) professoras(es), bem como na liberdade de pensamento das crianças, jovens e de suas famílias.



A escola deve ser um lugar de convívio com a diversidade de práticas, ideias, culturas, crenças religiosas.



Estudantes não são sujeitos passivos e a escola não é um instrumento político de padronização, normatização/normalização e adequação das subjetividades.



A escola tem como obrigação constitucional valorizar a autonomia, a singularidade e a diversidade de subjetividades.



Educandas(os) não são audiência cativa e/ou passiva.



A visão crítica é o motor principal de qualquer Educação e da Ciência.